

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI

#### 2 – ATAS

- 2.1 – 12ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2.2 – 38ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 2.3 – 39ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 2.4 – 23ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.5 – 24ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.6 – 25ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.7 – 26ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.8 – 27ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.9 – 28ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.10 – 29ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.11 – Reuniões de Comissões

#### 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 3.1 – Plenário
- 3.2 – Comissão

#### 4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## PROPOSIÇÕES DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.922

Declara de utilidade pública a Associação Projeto Despertai, com sede no Município de Paracatu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Projeto Despertai, com sede no Município de Paracatu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.923

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Pará – Amapará –, com sede no Município de Itabira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Pará – Amaparã –, com sede no Município de Itabira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.924**

Declara de utilidade pública a Casa da Acolhida, com sede no Município de Patos de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Casa da Acolhida, com sede no Município de Patos de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.925**

Declara de utilidade pública a Associação Missão Brasil, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Missão Brasil, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.926**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Cachoeira, com sede no Município de Espinosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Cachoeira, com sede no Município de Espinosa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente  
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário  
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.927**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Cabiceira de Landim, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Cabiceira de Landim, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente  
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário  
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.928**

Declara de utilidade pública a entidade Casa de Repouso Milton Monteiro Murta de Itinga, com sede no Município de Itinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Casa de Repouso Milton Monteiro Murta de Itinga, com sede no Município de Itinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente  
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário  
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.929**

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos de Itinga, com sede no Município de Itinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos de Itinga, com sede no Município de Itinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.930**

Declara de utilidade pública a Associação de Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense, com sede no Município de Itajubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.931**

Declara de utilidade pública a Associação de Promoção e Desenvolvimento Social Novo Mundo, com sede no Município de Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Promoção e Desenvolvimento Social Novo Mundo, com sede no Município de Curvelo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.932**

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Anhumas, Cubatão, Cubatãozinho e Vintém, com sede no Município de Pedralva.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Anhumas, Cubatão, Cubatãozinho e Vintém, com sede no Município de Pedralva.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.934**

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Paus Brancos, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Paus Brancos, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.935**

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Pedreira, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Pedreira, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.936**

Declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Alpinópolis, com sede no Município de Alpinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Alpinópolis, com sede no Município de Alpinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.937**

Declara de utilidade pública a entidade União para o Desenvolvimento de Cuparaque, com sede no Município de Cuparaque.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade União para o Desenvolvimento de Cuparaque, com sede no Município de Cuparaque.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.938**

Declara de utilidade pública o Instituto Pedagógico Terra Santa – IPTS –, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Pedagógico Terra Santa – IPTS –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.939**

Declara de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Comunitário – Adecom –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Comunitário – Adecom –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.940**

Declara de utilidade pública a Federação das Associações de Moradores de Mariana – Feamma –, com sede no Município de Mariana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Federação das Associações de Moradores de Mariana – Feamma –, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.941**

Declara de utilidade pública a Associação Bem Viver da Terceira Idade de São Gonçalo do Rio Abaixo – Abeviti –, com sede no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Bem Viver da Terceira Idade de São Gonçalo do Rio Abaixo – Abeviti –, com sede no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.942**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Admiradores de Iapu – Acami –, com sede no Município de Iapu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Admiradores de Iapu – Acami –, com sede no Município de Iapu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.943**

Declara de utilidade pública a entidade União dos Deficientes Físicos de Contagem – Udecon –, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade União dos Deficientes Físicos de Contagem – Udecon –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.944**

Declara de utilidade pública o Instituto Casa do Oleiro, com sede no Município de Santana do Paraíso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Casa do Oleiro, com sede no Município de Santana do Paraíso.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.945**

Declara de utilidade pública a Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas – Aceap –, com sede no Município de Paulistas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas – Aceap –, com sede no Município de Paulistas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.946**

Declara de utilidade pública a Associação Nova Esperança de Delta – Anede –, com sede no Município de Delta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Nova Esperança de Delta – Anede –, com sede no Município de Delta.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.947**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Iapu – ACI –, com sede no Município de Iapu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Iapu – ACI –, com sede no Município de Iapu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



**ATAS**

### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/3/2018**

#### **Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Ivair Nogueira**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagens nºs 353 e 354/2018 (encaminhando processo de alienação de terra devoluta rural e o Projeto de Lei nº 5.000/2018, respectivamente), do governador do Estado; Ofício nº 2/2018 (encaminhando os Projetos de Lei nº 5.001 e 5.002/2018), da Comissão de Justiça – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 10.324 a 10.387/2018 – Requerimento Ordinário nº 3.156/2018 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, do Trabalho, de Cultura e de Educação – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Palavras do Presidente – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 3.156/2018; deferimento – Encerramento.

**Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Jorge – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Coronel Piccinini – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

**Abertura**

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– O deputado Sargento Rodrigues, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**MENSAGEM Nº 353/2018**

– A Mensagem nº 353/2018, encaminhando processo administrativo destinado à alienação de terra devoluta rural, foi publicada na edição anterior.

**MENSAGEM Nº 354/2018**

– A Mensagem nº 354/2018, encaminhando o Projeto de Lei nº 5.000/2018, foi publicada na edição anterior.

**OFÍCIO DE COMISSÃO Nº 2/2018**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o parecer do Projeto de Lei nº 4.997/2018, o qual concluiu, nos termos do art. 173, § 6º, do Regimento Interno pelo desmembramento da proposição conforme os Anexos 1 e 2 apresentados, para adequar a matéria à forma legalmente prevista para sua tramitação.

Sala das Reuniões, 7 de março de 2018.

Deputado Leonídio Bouças, presidente.

**PROJETO DE LEI Nº 5.001/2018**

Altera a Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º da Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a ceder onerosamente, nos termos desta lei, direitos originados de créditos tributários e não tributários vencidos, os quais tenham sido objeto de parcelamento administrativo ou judicial, inscritos em dívida ativa ou não, a pessoas jurídicas de direito privado e a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

§ 1º – (...)

I – alterar a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido;

II – manter inalterados os montantes representados pelo principal, os juros e as multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento, os prazos e os demais termos avençados, originalmente, entre a Fazenda Pública ou o órgão da administração pública e o devedor ou contribuinte;

III – assegurar ao cessionário a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos;

IV – realizar-se mediante operação definitiva, isentando o cedente de responsabilidade, coobrigação, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o cessionário ou retorno de risco de crédito a qualquer título, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor ou contribuinte;

V – assegurar ao devedor ou contribuinte, depois de realizada a cessão, o direito à sua regularidade fiscal mediante a expedição de certidão, desde que não haja outras restrições ou apontamentos em seu nome;

(...)

VII – utilizar índice de mercado para a atualização ou correção dos valores dos direitos creditórios, que nunca poderá ultrapassar os índices utilizados para atualização ou correção previstos na legislação do Estado de Minas Gerais.

(...)

§ 3º – A cessão de direitos creditórios não poderá abranger percentuais do crédito que, por força de regras constitucionais de repartição, pertençam a outros entes da Federação, bem como os honorários advocatícios da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, devidos quando da inscrição dos créditos em dívida ativa.

(...)

§ 9º – O disposto no § 7º não se aplica caso os créditos não inscritos em dívida ativa não sejam objeto de cessão.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 208, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 5.002/2018**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018, fica acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito, nos termos da Emenda à Constituição da República nº 99, de 15 de dezembro de 2017, com instituição financeira oficial federal, até o limite de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), a serem aplicados no pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 208, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## **2ª Fase (Grande Expediente)**

### **Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### **REQUERIMENTOS**

Nº 10.324/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Observatório para a Qualidade da Lei por integrar a International Association of Legislation – IAL –, tornando-se o único grupo de pesquisa brasileiro a integrar a associação. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.325/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a realização de campanhas de conscientização e divulgação das ações e planos da Defesa Civil antes dos períodos chuvosos, em parceria com os meios de comunicação, como a TV Assembleia e a Rede Minas, para que a população tenha maior acesso às informações e tenha oportunidade de realizar as medidas de autoproteção necessárias para resguardar sua integridade física.

Nº 10.326/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a disponibilização de viaturas e armamentos aos policiais militares lotados no Município de São José do Mantimento.

Nº 10.327/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que os policiais militares lotados no Município de Ipanema sejam credenciados ao uso de armamento pesado.

Nº 10.328/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para a realização de campanhas de conscientização e divulgação das ações e planos da Defesa Civil antes dos períodos chuvosos, em parceria com os meios de comunicação, como a TV Assembleia e a Rede Minas, para que a população tenha maior acesso às informações e tenha oportunidade de realizar as medidas de autoproteção necessárias para resguardar sua integridade física.

Nº 10.329/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas munções e novas viaturas com compartimento de segurança ao Município de Pocrane.

Nº 10.330/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam substituídas as viaturas do 2º Pelotão da 288ª Companhia do 62º Batalhão de Polícia Militar, sediado no Município de Ubaporanga, por veículos com compartimento de segurança.

Nº 10.331/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte e à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 2ª Reunião Ordinária, para a remoção do semáforo instalado em frente ao Hotel Ouro Minas, tendo em vista os transtornos causados à coletividade devido às retenções que ele provoca e o risco de alagamento no local.

Nº 10.332/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja substituída a viatura do 3º Grupamento da 288ª Companhia do 62º Batalhão de Polícia Militar, sediado no Município de Imbé de Minas, por veículo com compartimento de segurança.

Nº 10.333/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a destinação de armamento pesado ao 2º Grupamento do 4º Pelotão da 29ª Companhia do 11º Batalhão de Polícia Militar, sediado no Município de Chalé, que não dispõe de armas de fogo adequadas ao combate à criminalidade.

Nº 10.334/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público Seplag nº 4/2013, especialmente para o cargo de analista de seguridade social – ADM – do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, considerando-se a necessidade de efetivo.

Nº 10.335/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada nova viatura, com compartimento de segurança, ao 4º Grupamento do 3º Pelotão da 288ª Companhia do 62º Batalhão de Polícia Militar, sediado no Município de Conceição de Ipanema.

Nº 10.336/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, com compartimento de segurança, ao Município de Taparuba.

Nº 10.337/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a disponibilização de viaturas, coletes à prova de balas e armamentos aos policiais militares lotados no Município de Reduto.

Nº 10.338/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial do Município de Lajinha e à disponibilização de viaturas e munições para fuzil calibre 556, para a unidade.

Nº 10.339/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a disponibilização de novas viaturas com compartimento de segurança ao Município de Caputira.

Nº 10.340/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja substituída a viatura do 4º Grupamento do 2º Pelotão da 288ª Companhia do 62º Batalhão de Polícia Militar, sediado no Município de Piedade de Caratinga, por veículo com compartimento de segurança.

Nº 10.341/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a imediata substituição das viaturas disponíveis para a 272ª Companhia de Polícia Militar, sediada no Município de Abre-Campo.

Nº 10.342/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial do 3º Grupamento da 18ª Companhia Independente da 8ª Região da Polícia Militar, sediado na cidade de São João do Manteninha, à disponibilização de viatura, coletes à prova de balas e armamentos à unidade, bem como ao imediato pagamento do valor referente à ajuda de custo devida aos policiais militares diante da conclusão do Cefs-2016.

Nº 10.343/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para determinar o aumento do efetivo policial do Município de Araçuaí, bem como a implantação de plantão após as 18 horas e nos finais de semana, de forma a evitar que a cidade fique desguarnecida.

Nº 10.344/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Associação Feminina de Assistência Social e Cultura – Afas – pedido de informações sobre os recursos transferidos à entidade pelas seguradas mantenedoras, especificando os valores, sua aplicação e destinação. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 10.345/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Contagem pedido de providências para que seja intensificado o policiamento no trajeto da linha 3212, que realiza o percurso entre as cidades de Betim e Belo Horizonte, tendo em vista a ocorrência diária de furtos e roubos, inclusive no interior dos veículos.

Nº 10.346/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam nomeados os candidatos aprovados no concurso público Seplag nº 4/2013, especialmente para o cargo de assistente técnico de seguridade social do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM.

Nº 10.347/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para determinar a imediata transferência dos valores devidos ao IPSM, aproximadamente R\$3.000.000.000,00, tendo em vista os reflexos já sentidos pelos policiais e bombeiros militares em exercício nos diversos municípios mineiros, com as deficiências apresentadas pelos serviços médicos e odontológicos disponíveis.

Nº 10.348/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para determinar o imediato cumprimento dos contratos de locação dos imóveis que sediam delegacias de polícia em todo interior do Estado, principalmente quanto à cláusula de pagamento de aluguéis.

Nº 10.349/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado aos parlamentares representantes de Minas Gerais no Congresso Nacional pedido de providências para a sensibilização sobre a relevância da regulamentação de fundos de *endowment* canalizados para o programa de apoio a *startups* e inovação em universidades, institutos de pesquisa e instituições científicas e tecnológicas do Estado e sobre a isenção de impostos relativos à sua gestão e aos valores a eles doados.

Nº 10.350/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para que analise a viabilidade de criação de portal eletrônico, integrado com portais já existentes na União, nos estados e nos municípios, que funcione como sistema de gestão integrada e informatizada do processo de formalização e registro de documentação de constituição, manutenção e encerramento das *startups* no Estado e nas prefeituras, de forma que as informações apresentadas na plataforma tenham validade jurídica para fins de cumprimento de obrigações legais e administrativas nos diversos entes envolvidos.

Nº 10.351/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Fundação João Pinheiro – FJP – pedido de providências para que realize estudo de viabilidade para a inclusão, no rateio da arrecadação do ICMS Solidário, de

critérios que levem em conta as políticas de incentivo às *startups* e ao desenvolvimento de ecossistemas locais de inovação nos municípios mineiros.

Nº 10.352/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para que realize estudo sobre a viabilidade de inclusão de critérios de rateio da arrecadação do ICMS solidário relacionado as políticas de incentivo às *startups* e o desenvolvimento de ecossistemas locais de inovação dos municípios mineiros.

Nº 10.353/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para a análise da viabilidade de implementação de mecanismos de incentivos fiscais, devidamente aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – que incluam a isenção total de ICMS às *startups* até que obtenham lucro e a redução de 50% do valor do imposto no ano seguinte à verificação da obtenção desse lucro, bem como para a celebração de novos convênios com o referido conselho para atendimento à proposta apresentada.

Nº 10.354/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a formalização de termo de cooperação técnica entre o governo do Estado e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais para auxílio na elaboração, na gestão e no monitoramento das políticas públicas relativas à inovação, ao empreendedorismo e à consolidação de *startups* no Estado.

Nº 10.355/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para, em articulação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, a Controladoria-Geral do Estado – CGE – e a Fundação João Pinheiro – FJP –, elaborar e divulgar, anualmente, em meio digital, relatório de transparência e avaliação de impacto das políticas públicas referentes à inovação, ao empreendedorismo e à consolidação de *startups*, com linguagem e apresentação acessíveis aos cidadãos.

Nº 10.356/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para, em articulação com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig – e as instituições de ensino superior do Estado, criar políticas públicas de incentivo à prospecção de pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação voltadas para o desenvolvimento de soluções inovadoras que atendam às demandas das políticas industrial e tecnológica do Estado, com vistas à produção de produtos licenciáveis.

Nº 10.357/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para, em articulação com a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, criar grupo de trabalho destinado à análise de viabilidade técnica de regulamentação, no Estado, de fundos patrimoniais vinculados no âmbito de programas de apoio a *startups* e inovação desenvolvidos em universidades, institutos de pesquisa e instituições científicas e tecnológicas do Estado, prevendo isenção de impostos para os valores a eles doados e para sua administração.

Nº 10.358/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, junto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig –, realize inventário de imóveis públicos que poderiam ser utilizados como espaço de *coworking*.

Nº 10.359/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao Congresso Nacional pedido de informações acerca dos projetos em tramitação nessa Casa Legislativa que visam a reduzir custos legais e administrativos para se manter uma sociedade anônima.

Nº 10.360/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao presidente da República, aos parlamentares representantes de Minas Gerais no Congresso Nacional e ao presidente do Banco Central pedido de

providências para que se sensibilizem para a necessidade de redução do custo administrativo de financiamento das empresas *startups* por meio da emissão de valores mobiliários.

Nº 10.361/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para análise da viabilidade, da exequibilidade e da oportunidade de criação de programa público de estímulo a *venture capital*.

Nº 10.362/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para que realize estudo comparativo sobre as experiências internacionais de apoio público a *venture capital*.

Nº 10.363/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que encaminhe à Assembleia Legislativa de Minas Gerais projeto de lei para a institucionalização e a manutenção do Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development – Seed.

Nº 10.364/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – pedido de providências para que analise a viabilidade de diminuição dos prazos para constituição, alteração e encerramento de pessoas jurídicas que sejam consideradas *startups* no Estado de Minas Gerais.

Nº 10.365/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a criação de grupo de trabalho, em articulação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig – e a Fundação João Pinheiro – FJP – para a análise da viabilidade de formulação de políticas públicas destinadas ao fomento da sustentabilidade dos atores de suporte ao sistema de inovação e empreendedorismo.

Nº 10.366/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para análise da pertinência e da exequibilidade de criação de um programa de apoio a *startups*.

Nº 10.367/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado aos parlamentares representantes de Minas Gerais no Congresso Nacional pedido de providências com vistas à sua sensibilização para a necessidade de simplificar o processo de habilitação para que *startups* participem de certames públicos licitatórios.

Nº 10.368/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de informações consubstanciadas em histórico de financiamento ao setor de tecnologia e inovação e em diagnóstico de possíveis pontos que podem ser aperfeiçoados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.369/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a análise da viabilidade de inclusão, no portal do Sistema Mineiro de Inovação – Simi –, de conteúdo referente às *startups*.

Nº 10.370/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a análise da viabilidade de ampliação, fortalecimento e capilarização das ações e dos programas estatais preexistentes no âmbito das atividades de inovação e empreendedorismo do Estado, bem como de implementação de novos projetos e iniciativas em complementação às ações existentes.

Nº 10.371/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Registro Empresarial e Integração pedido de providências para a realização, em conjunto com a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes –, de estudo técnico

acerca da possibilidade de concessão de benefícios fiscais relativos à desoneração das taxas estabelecidas pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – para constituição e extinção de pessoas jurídicas, bem como das demais taxas decorrentes do poder de polícia do Estado, pelo prazo de dois anos contados do registro da empresa.

Nº 10.372/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig – pedido de providências para a análise da viabilidade da pertinência e da exequibilidade de realização de concursos públicos anuais, com participação de comissão julgadora multissetorial, destinados ao desenvolvimento de produtos ou serviços que atendam a demandas tecnológicas do Estado.

Nº 10.373/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado aos parlamentares representantes de Minas Gerais no Congresso Nacional pedido de providências com vistas a sua sensibilização para a necessidade de acompanhamento das medidas anunciadas no final de 2016 pelo governo federal, para promover a redução do custo administrativo de investimentos financeiros e a alteração relativa à tributação dos chamados investidores-anjo, entre outros objetivos.

Nº 10.374/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a realização, por meio de celebração de convênios e de parcerias entre o setor privado, as instituições de ensino do Estado e o Poder Executivo, em articulação com a Secretaria de Estado de Educação – SEE – e com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig –, de diagnóstico e de mapeamento de ações e de programas existentes na seara da educação empreendedora.

Nº 10.375/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para a análise da viabilidade de concessão de isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS –, devidamente aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, para importação de produtos adquiridos por *startups* que não tenham similares produzidos em território nacional.

Nº 10.376/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a análise da viabilidade de desenvolvimento de uma agenda anual estruturada de integração dos atores do ecossistema estadual, integrada na Feira Internacional de Negócios, Inovação e Tecnologia – Finit –, para alinhamento e definição das ações estratégicas voltadas para *startups*.

Nº 10.377/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para a realização, em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – e o Departamento de Registro Empresarial e Integração, de estudo de viabilidade acerca da possibilidade de concessão de benefícios fiscais relativos à desoneração das taxas estabelecidas pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – para constituição e extinção de pessoas jurídicas, bem como das demais taxas decorrentes do poder de polícia do Estado, pelo prazo de dois anos contados do registro da empresa.

Nº 10.378/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a criação de programas e projetos-modelos nas instituições de ensino, com vistas a estimular a cultura empreendedora na educação, desde o ensino básico até a pós-graduação, com foco na formação de professores e alunos com atitude empreendedora, por meio de celebração de convênios e parcerias entre o setor privado, conselhos profissionais, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB –, instituições de ensino do Estado e Poder Executivo, em articulação com a Secretaria de Estado de Educação – SEE – e com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig.

Nº 10.379/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Governo e de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior pedido de informações sobre a existência de programas e projetos atualmente em execução no Estado que fomentem a implantação de projetos e políticas públicas municipais pautados pelo empreendedorismo que contribuam para a transformação do perfil socioeconômico dos municípios mineiros; estimulem a implementação de projetos e políticas públicas municipais de valorização e inovação da gestão pública municipal, alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais; consolidem um sistema estadual em rede de colaboração e troca de boas práticas entre municípios de Minas Gerais e entre estes e os de outros estados e de outros países, de modo a contribuir para a consolidação de práticas locais empreendedoras, criativas, inovadoras e sustentáveis no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.380/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a exequibilidade e a conveniência do uso de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – recolhido de empresas de base tecnológica ou intensivas em conhecimento como fonte de recursos para o Fundo de Incentivo à Inovação Tecnológica – Fiit – ou para outro fundo que venha a sucedê-lo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.381/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de informações consubstanciadas em diagnóstico descritivo do Sistema Mineiro de Inovação – Simi –, do seu funcionamento nos últimos anos, dos empecilhos para o seu crescimento e aperfeiçoamento, das propostas de alternativas para sua perenização como política de estado e das possibilidades para apoio à interação privado-privado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.382/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a execução do Fundo de Incentivo à Inovação Tecnológica – Fiit – desde a sua criação, com vistas a obter esclarecimentos sobre os valores desembolsados pelo fundo, os empreendimentos beneficiados, os eventuais empecilhos para sua execução, bem como sobre suas atuais atribuições, avaliando se estaria em seu rol de competências subsidiar e fortalecer os agentes da rede de apoiadores do ecossistema para a realização de programas contínuos de apoio ao desenvolvimento das *startups*. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.383/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a realização de diagnóstico e de mapeamento de ações e programas governamentais que tenham como objeto o apoio e o estímulo ao empreendedorismo e à consolidação de *startups*.

Nº 10.384/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a formalização de grupo de trabalho composto por técnicos e servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, com a participação de especialistas da sociedade civil, para estudo e análise das especificidades relativas à definição de critérios de delineamento do conceito de *startups* a ser adotado nas ações e nos programas governamentais, incluindo-se a possibilidade de criação de comitê gestor permanente.

Nº 10.385/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a análise da viabilidade, em articulação com a Secretaria de Estado de Educação – SEE –, a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig – e instituições públicas de ensino superior do Estado, de implementação de incentivos às *startups* criadas e desenvolvidas dentro das universidades e das escolas públicas, mediante concessão de bolsas de recursos para prototipagem e capacitação de recursos humanos para fundadores e sócios de *startups*.

Nº 10.386/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – e de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a criação de ações e mecanismos e a celebração de convênios e parcerias com os municípios mineiros, em articulação com outras secretarias estaduais, para implementação de programas de incentivo a *startups* que criem soluções específicas para atendimento das necessidades do poder público, tendo como parâmetro práticas nacionais e internacionais, com vistas a aprimorar a prestação dos serviços públicos para a promoção de prosperidade econômica e bem-estar social nas cidades mineiras.

Nº 10.387/2018, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – e à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja implementado, em Minas Gerais, um projeto igual ou similar ao Programa Indústria Solar, lançado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina – Fiesc – em 23/2/2018.

### **REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 3.156/2018**

Da deputada Marília Campos e do deputado Bosco e outros em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o BDMG Cultural pelos 30 anos de sua fundação.

#### **Comunicações**

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Administração Pública, do Trabalho, de Cultura e de Educação.

#### **Questão de Ordem**

O deputado Durval Ângelo – Só gostaria de obter uma resposta, no momento propício, para uma questão de ordem que encaminhei à Mesa da Assembleia a respeito da retirada do regime de urgência do projeto da Codemig. O nosso entendimento é que, na votação do projeto da Copasa, no governo anterior, que permitiu a criação da Copanor, da “Copasinha” do Sul e de copasas municipais, houve essa necessidade. Foi um projeto de lei ordinária, e não houve quórum qualificado. Para simplificar e não prejudicar os oradores, não vou ler toda a argumentação, que é extensa, mas minha questão de ordem é para que a Mesa reveja a decisão sobre o quórum qualificado e a retirada do regime de urgência.

O presidente – Perfeitamente. Levantaremos e repassaremos oportunamente as informações a V. Exa.

#### **Oradores Inscritos**

– Os deputados João Leite e Sargento Rodrigues proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente (Ivair Nogueira) – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Palavras do Presidente**

O presidente – A presidência, tendo em vista o recebimento, nesta reunião, do Ofício de Comissão nº 2/2018, da Comissão de Justiça, informando que o parecer dessa comissão sobre o Projeto de Lei nº 4.997/2018 concluiu pelo seu desmembramento nos Projetos de Lei nºs 5.001 e 5.002/2018, informa ao Plenário que:

1 – os Projetos de Lei n°s 5.001 e 5.002/2018 foram recebidos nesta reunião e distribuídos às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 102 do Regimento Interno;

2 – uma vez que o governador do Estado havia solicitado urgência para a tramitação do Projeto de Lei n° 4.997/2018, os Projetos de Lei n°s 5.001 e 5.002/2018, decorrentes do desmembramento daquele projeto, tramitarão nos termos do art. 208 do Regimento Interno;

3 – o Projeto de Lei n° 4.997/2018 será arquivado, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 10.325 a 10.343 e 10.345 a 10.348/2018, da Comissão de Segurança Pública, 10.349 a 10.367, 10.369 a 10.378 e 10.383 a 10.386/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e 10.387/2018, da Comissão de Minas e Energia. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Administração Pública – aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 7/3/2018, dos Requerimentos n°s 9.846/2017, da Comissão de Participação Popular, 9.980/2017, do deputado Léo Portela, 10.001/2018, do deputado Duarte Bechir, e 10.153/2018, do deputado Roberto Andrade;

do Trabalho – aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 7/3/2018, dos Projetos de Lei n°s 592/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, 3.670/2016 e 4.268/2017, do deputado Ivair Nogueira, 3.693/2016, da deputada Celise Laviola, 3.757/2016, do deputado André Quintão, 4.435/2017, do deputado Thiago Cota, com a Emenda n° 1, 4.550/2017, do deputado João Magalhães, 4.618 e 4.841/2017, do deputado Gilberto Abramo, 4.639 e 4.682/2017, do deputado Gustavo Valadares, este com a Emenda n° 1, 4.660/2017 com a Emenda n° 1 e 4.687/2017 com a Emenda n° 1, ambos do deputado Celinho do Sinttrocel, 4.667/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.683/2017, do deputado Iran Barbosa, 4.695 e 4.700/2017, do deputado Léo Portela, 4.689/2017, do deputado Emidinho Madeira, com a Emenda n° 1, 4.707 e 4.721/2017, do deputado Tadeu Martins Leite, 4.717 e 4.732/2017, do deputado Gil Pereira, 4.747/2017, do deputado Inácio Franco, 4.748/2017, do deputado Agostinho Patrus Filho, 4.775/2017, do deputado Douglas Melo, 4.784/2017, do deputado Paulo Guedes, 4.786/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago, 4.804/2017, do deputado Tony Carlos, 4.811/2017, do deputado Rogério Correia, 4.814/2017, da deputada Rosângela Reis, e 4.842/2017, do deputado Ulysses Gomes, e dos Requerimentos n°s 9.869/2017, do deputado Noraldino Júnior, 10.074/2018, do deputado Ivair Nogueira, 10.178/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 10.188/2018, do deputado Duarte Bechir, e 10.191/2018, da Comissão de Segurança Pública;

de Cultura – aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 7/3/2018, dos Requerimentos n°s 10.172/2018, do deputado Thiago Cota, 10.180/2018, do deputado Léo Portela, e 10.197/2018, do deputado João Vítor Xavier; e

de Educação – aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 6/3/2018, do Projeto de Lei n° 4.809/2017, do governador do Estado (Ciente. Publique-se.).

### **Despacho de Requerimentos**

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n° 3.156/2018, da deputada Marília Campos e do deputado Bosco e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o BDMG Cultural pelos 30 anos de sua fundação.

**Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 12, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 4/12/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa, como licenciada, e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad, como licenciante, tendo como objeto a autorização para utilização pública de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas, nas programações da licenciada – parecer favorável à alteração do valor e da data de pagamento, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 7 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de dezembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente - Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 18/12/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre a convocação para a prestação de serviço em caráter especial. A seguir, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.671/2017, altera a Deliberação nº 1.541/1998, que dispõe sobre a jornada de trabalho e o controle de frequência do servidor da Secretaria da Assembleia Legislativa; a Deliberação nº 2.477/2010, que dispõe sobre a convocação e a designação de servidor lotado na área administrativa para a prestação de serviço em regime extraordinário de trabalho e a Deliberação nº 2.657/2017, que dispõe sobre os órgãos de caráter consultivo e deliberativo da Secretaria da Assembleia e dá outras providências. Logo após, através da Deliberação nº 2.672/2017, a Mesa altera a Deliberação nº 2.323/2002, que estabelece critérios para o gozo de férias-prêmio. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Rogério Correia, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Ministério do Meio Ambiente, tendo como mandatário o Banco do Brasil, e como objeto o repasse financeiro para o Projeto Cidadania Ribeirinha – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Gerência-Geral da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e empresa Filmavideo Ltda – ME, tendo como objeto a prestação de serviço de repórter fotográfico – parecer favorável à revisão de valores do contrato original, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado João Leite referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; ao deputado Lafayette de Andrada, Requerimento

nº 9.315/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a contratação de bolsistas, funcionários e servidores que atuam na Rede e-TEC, universidades abertas integradas – Uaitecs – e Minas Digital, especificando o seguinte: número, lotação e localização de bolsistas, funcionários e servidores dos programas; valores das bolsas disponibilizadas; detalhamento do processo seletivo para a contratação de bolsistas; quantidade de bolsas ofertadas e prazo de duração dos contratos vigentes; discriminação dos convênios firmados entre a Secretaria e a Fundação e outros convênios e parcerias para o desenvolvimento das ações desses programas; discriminação de requisitos mínimos exigidos para o exercício de cada função; critérios de seleção de desempate nos processos seletivos; composição das comissões de seleção para todos os editais publicados; e identificação das Uaitecs em funcionamento e cronograma de instalação de novas unidades – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 20 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 20 de dezembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 1/12/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Somitec Sociedade de Montagens e Instalações Técnicas Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio – SDAI – no Edifício Carlos Drummond de Andrade – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 50/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, designando Paulo César Gomes de Oliveira para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Suporte Logístico – Gerência de Manutenção e Obras; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da

Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais: a partir de 16/11/2017, a servidora Maria Angelica Santana Cunha, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; a partir de 22/11/2017, a servidora Cleusa Gontijo de Sousa Ribeiro, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; a partir de 1º/12/2017, a servidora Eliane de Fátima Magalhães Gomes, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais: a partir de 17/11/2017, a servidora Leila Gandra Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Taquígrafo; a partir de 22/11/2017, o servidor Said Pontes de Albuquerque, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo; a partir de 1º/12/2017, o servidor Silvanio Viana Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Engenheiro, no exercício da Função Gratificada de Nível Superior – FGS. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 4 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de dezembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 7/12/2017**

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem ao deputado Adalclever Lopes; 2ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem ao deputado Agostinho Patrus; 3ª) autoriza o processamento e o pagamento de auxílio-moradia à deputada Geisa Teixeira. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia Projeto de Resolução – PRE 48/2017, que autoriza a filiação, por prazo indeterminado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais à União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – Unale –, bem como autoriza o repasse de contribuições a esta entidade de representação – parecer pela aprovação, no 1º turno, na forma original – aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a utilização do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec – no Procon Assembleia – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Gerência-Geral do Procon Assembleia, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Fastcon Construções e Empreendimentos Ltda. – ME, tendo como objeto o fornecimento e a instalação de forro de gesso – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 85/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 13 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de dezembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente - Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 13/12/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes nº 5/2017, autorizando, nos termos do art. 6º da Deliberação da Mesa nº 2.348/2004, a alienação/inutilização dos bens classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis; 2ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem ao deputado João Vítor Xavier; 3ª) dispõe sobre o Projeto Cidadania Ribeirinha. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.668/2017, a Mesa altera a Deliberação nº 2.432/2008, que dispõe sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa; a Deliberação nº 2.441/2009, que institui programa para prorrogação da licença-maternidade e regulamenta a licença-paternidade no âmbito da Assembleia Legislativa; e a Deliberação nº 1.541/1998, que dispõe sobre a jornada de trabalho e o controle de frequência do servidor da Secretaria da Assembleia Legislativa. Ato contínuo, através da Deliberação nº 2.669/2017, a Mesa altera a Deliberação nº 2.598/2014, que dispõe sobre os procedimentos licitatórios e a celebração e a execução de contratos no âmbito da Assembleia Legislativa. Logo após, por meio da Deliberação nº 2.670/2017, a Mesa altera a Deliberação nº 2.663/2017, que dispõe sobre o sistema de arquivos, estabelece o plano de classificação de documentos, aprova a tabela de temporalidade e destinação de documentos, disciplina os procedimentos relativos à eliminação, à transferência e ao recolhimento de documentos arquivísticos no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa MCI Tecnologia e Serviços Ltda. – EPP, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações nas dependências da Casa – parecer favorável à prorrogação, com ampliação do objeto em 2,0228% (dois inteiros e duzentos e vinte e oito décimos de milésimo por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Líder Táxi Aéreo S.A – Air Brasil, tendo como objeto a prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, na modalidade táxi aéreo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Resolução nº 48/2017, que autoriza a filiação, por prazo indeterminado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais à União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – Unale –, bem como autoriza o repasse de contribuições a esta entidade de representação – parecer pela aprovação no 2º turno – aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 15 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de dezembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente - Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

**ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 15/12/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Nexus Transportes e Logística Ltda. ME, tendo como objeto a prestação de serviços de motofrete, com fornecimento de motocicleta, combustível e equipamentos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa CEI – Serviços de Engenharia Ltda., tendo como objeto a integração de sistema elétrico de média tensão com geração própria e paralelismo permanente – parecer favorável à prorrogação do termo final da execução do serviço, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais: a partir de 4/12/2017, o servidor Wander Manduca, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; a partir de 15/12/2017, o servidor Richard Brynner Exposito de Oliveira, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observadas as Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e no Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, e nos termos do Laudo de Aposentadoria da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, datado de 24/11/2017, aposentando, por invalidez, com proventos integrais, a partir de 24/11/2017, o servidor Hiram Castelo Branco Teixeira Nascimento, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Analista de Sistemas. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 18 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 18 de dezembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

**ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 20/12/2017**

Às 8 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide aprovar, com base no parecer emitido pelo deputado relator, a prestação de contas de verbas de subvenção social da União Esportiva

Permanente – UEP –, convênio nº 01952/1996. Isso posto, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.673/2017, altera a Deliberação nº 2.565/2013, que consolida as normas relativas à assistência prestada pela Assembleia Legislativa na área de saúde. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Gibbor Publicidade e Publicação de Editais Eireli EPP, tendo como objeto a prestação de serviços de publicação de avisos de licitação em jornal diário de grande circulação estadual – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 74/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Resolução nº 49/2017, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – parecer pela aprovação, no 1º turno, na forma proposta, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 22 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de dezembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente - Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 22/12/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide ratificar a autorização contida na Decisão de Mesa de 16 de agosto de 2017, de repassar ao Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, com vistas ao cumprimento das obrigações decorrentes do conjunto de benefícios mantidos para os segurados vinculados do Instituto, os recursos referentes à composição de sua reserva técnica, de responsabilidade do poder público, para cumprimento no exigível atuarial, prevista no art. 52 da Lei nº 13.163, de 1999. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Padrão IX Informática e Sistemas Abertos S.A., tendo como objeto a prestação de serviço de atualizações de versões e de suporte técnico ao software BR Search – parecer favorável à prorrogação contratual, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo ata de registro de preços a ser celebrada entre esta Assembleia Legislativa, como órgão gerenciador, e as empresas Global Distribuição e Serviços Eireli – EPP e Vértice Distribuidora Eireli – ME, como beneficiárias, tendo como objeto a aquisição de portas, marcos, alizares, ferragens e laminados – parecer favorável à celebração da ARP 9/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 83/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176,

de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990 e 5.295, de 15/12/2006, nomeando Anderson Moratori Nunes Coelho para o cargo de Diretor da Diretoria de Infraestrutura; nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, dispensando, a partir de 26/12/2017, Anderson Moratori Nunes Coelho da Função Gratificada de Gerente-Geral – FGG, com exercício na Gerência-Geral de Suporte Logístico; designando Maria Luiza Meinberg Schmidt de Andrade para a Função Gratificada de Gerente-Geral – FGG, com exercício na Gerência-Geral de Suporte Logístico; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 22 de dezembro de 2017, o servidor Marcelo Silveira Junior, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, no exercício do cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de dezembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente - Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 29/12/2017**

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova as prestações de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referentes aos meses de outubro e novembro de 2017, compostas de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova as prestações de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referentes aos meses de outubro e novembro de 2017, compostas de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/10/2017, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009; 4ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/11/2017, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo ata de registro de preços a ser celebrada entre esta Assembleia Legislativa, como órgão gerenciador, e a empresa Multirede Distribuidora Ltda., como beneficiária, tendo como objeto a aquisição de materiais para cabeamento estruturado e retirada do excedente de cabos metálicos (UTP e telefônicos) para serem encaminhados para reciclagem – parecer favorável à celebração da ARP/8/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 23/2017, lote 1, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Locmaq Locadora de Máquinas Ltda., tendo como objeto a aquisição de peças para o sistema de ar condicionado – parecer favorável à celebração do contrato, oriundo do Pregão Eletrônico nº 86/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Filmavideo Ltda. – ME, tendo como objeto a prestação de serviço de repórter fotográfico – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom, tendo como objeto a prestação de serviços de conexão

de dados – parecer favorável à prorrogação excepcional do contrato, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, nas dependências da Contratante, com o fornecimento de materiais e equipamentos – parecer favorável ao decréscimo quantitativo de 6,44% (seis vírgula quarenta e quatro por cento) do objeto, em razão da redução do número de prestantes de 137 para 127, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT –, tendo como objeto a prestação de serviços postais diversos – parecer favorável à ampliação de 10% (dez por cento) do valor do contrato, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Algar Multimídia S. A., tendo como objeto a prestação de serviços de acesso à internet – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, tendo como objeto a prestação de serviços de informática – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e empresa Telbrax Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de acesso à internet – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT –, tendo como objeto a prestação de serviços postais diversos – parecer favorável à alteração de redação das cláusulas 2.1.5.1 e 2.1.6.2 do contrato nº 85/2014, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, observadas as regras do regime especial de que tratam o § 2º do art. 71, o art. 72 da Lei Complementar nº 129, de 8/11/2013, e o inciso II alínea “a” do art. 1º da Lei Complementar nº 144, de 15/5/2014, em consonância com o § 4º do art. 40 da Constituição Federal e demais disposições legais aplicáveis, em especial as conclusões do Parecer nº 5.215/2011, da Procuradoria-Geral desta Assembleia, e da Decisão da Mesa de 31/7/2012, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, 21.697, de 25/5/2015, 22.086, de 2/5/2016, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, concedendo aposentadoria especial, a pedido, com proventos integrais, a partir de 28 de dezembro de 2017, ao servidor Ricardo Bittencourt Sardenberg, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo – Policial Legislativo Masculino, no exercício do cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2 de janeiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de janeiro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente - Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR NA 3ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/4/2017**

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Luiz Humberto Carneiro, Durval Ângelo, Glaycon Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Luiz Humberto Carneiro, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão, que se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura dos deputados Luiz Humberto Carneiro para presidente e Durval Ângelo para vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Luiz Humberto Carneiro e Durval Ângelo, por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e dá posse ao vice-presidente, a quem passa a direção dos trabalhos. O vice-presidente, deputado Durval Ângelo, dá posse ao presidente eleito. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2017.

Luiz Humberto Carneiro, presidente.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/2/2018**

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Celise Laviola e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Humberto Pereira de Abreu Júnior, coordenador de atendimento da Regional Venda Nova da Prefeitura de Belo Horizonte, publicada no *Diário do Legislativo* de 16/12/2017, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.153/2017, da Comissão Extraordinária das Mulheres, acerca da abertura da Maternidade Leonina Leonor. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.247/2018, das deputadas Marília Campos, Celise Laviola, Ione Pinheiro, Arlete Magalhães, Geisa Teixeira e Rosângela Reis e do deputado Tadeu Martins Leite, em que requerem seja realizada audiência pública na Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte, para debater o tema “Mulheres na luta por direitos: resistência, poder e democracia”, em comemoração do Dia Internacional da Mulher. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2018.

Marília Campos, presidente – Geisa Teixeira.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/2/2018**

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e o deputado Gil Pereira (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão e a

seguir comunica o recebimento da seguinte correspondência: mensagem de Bruna da Silva Oliveira, do Município de Ribeirão das Neves, encaminhada pelo Fale com as Comissões, solicitando informações sobre a previsão de pagamento do Poupança Jovem; Moção de Apelo nº 137/2017, da Câmara Municipal de Mauá, ao presidente da República para que reveja decisão de cortes dos recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações destinados a essa câmara; e ofício do Sr. Fernando Cabral, prefeito de Bom Despacho, encaminhando denúncia relativa ao programa estadual de transporte escolar, em virtude de inadimplência do Estado; e comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sras. Michele Abreu Arroyo, presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (30/11/2017); Paula Maria Nasser Cury, chefe da Subsecretaria de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (5/10/2017); (12/1/2018) e (10/2/2018); e Maria Inês Fini, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (3/2/2018); Antônio Sérgio Tonet, procurador-Geral de Justiça (27/1/2018); Marcelo Álvaro Antônio, deputado federal (30/11/2017); e Dijon Moraes Júnior, reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais (12/1/2018). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.476/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relatora: deputada Celise Laviola) e pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.272/2015 (relatora: Deputada Celise Laviola, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.874 e 10.121/2018. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.604/2016, 4.430 e 4.801/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.876/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Colégio Tiradentes da Polícia Militar pelo brilhante desempenho de seus alunos e alunas na 13ª Olimpíadas Brasileira de Matemática das Escolas Públicas;

nº 10.877/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Presídio de Andrelândia pelo seu projeto de remissão de pena por leitura, desenvolvido para auxiliar na ressocialização dos presos;

nº 10.977/2017, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos servidores da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e discutir soluções para que os professores e os demais servidores permaneçam em seus cargos;

nº 11.092/2017, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a concessão de vale-transporte aos professores da rede pública que ministram aulas na zona rural;

nº 11.155/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do concurso público para professor da Uemg;

nº 11.239/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam cumpridos, de imediato, os compromissos firmados com os professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, de modo a fazer cessar a greve anunciada, e para que sejam destinados os recursos para a reforma e a manutenção do Centro de Ciências Biológicas e Saúde – CCBS – da citada instituição;

nº 11.309/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater as razões do atraso no repasse de recursos para pesquisas científicas pelo Estado aos bolsistas da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig;

nº 11.326/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, da deputada Celise Laviola e do deputado Tadeu Martins Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as ações e medidas executadas a partir das propostas aprovadas no fórum técnico Segurança nas Escolas – por uma Cultura de Paz, ocorrido em 2011, nesta Casa;

nº 11.329/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, da deputada Celise Laviola e do deputado Tadeu Martins Leite, em que requerem seja realizado debate público para discutir a segurança nas escolas;

nº 11.331/2018, dos deputados Gil Pereira, Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Gustavo Valadares e Dalmo Ribeiro Silva e da deputada Ione Pinheiro, em que requerem seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em data a ser agendada, para, em audiência pública, debater as dificuldades enfrentadas pela Unimontes e pela Uemg em decorrência da escassez de recursos financeiros e da necessidade urgente de reestruturação do plano de carreira de seus servidores;

nº 11.333/2018, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o valor gasto na confecção de um milhão de *kits* escolares distribuídos em 2017 e 2018 aos alunos da rede estadual de ensino.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2018.

Celise Laviola, presidente – Cristiano Silveira – Ione Pinheiro.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/2/2018**

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Bráulio Braz, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (30/12/2017), e Fernanda Medeiros Azevedo Machado, diretora de Fomento à Indústria Criativa da Codemig (9/2/2018). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.055/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Roberto Andrade. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 197/2015 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira) na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde, 451/2015 (relator: deputado Roberto Andrade), 834/2015 (relator: deputado Roberto Andrade) na forma do Substitutivo nº 3 e 1.429/2015 (relator: deputado Ivair Nogueira) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 239/2015, no 1º turno (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira). O Projeto de Lei nº 901/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Bráulio Braz, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Ivair Nogueira, sobre o Relatório de Evento Institucional nº 4/2017 que conclui pela aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.129, 10.161 e 10.177/2018. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.642 e 4.680/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.243/2018, do deputado Ivair Nogueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as perspectivas de crescimento da Fiat Automóveis;

nº 11.327/2018, do deputado Braulio Braz, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Neide Sávio de Oliveira;

nº 11.328/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atual situação das receitas dos municípios mineiros.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2018.

Fabiano Tolentino, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Ivair Nogueira.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/2/2018**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e João Leite (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Paula Maria Nasser Cury, chefe da Subsecretaria de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil (3), e do Sr. Lisandro Carvalho de Almeida Lima, chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Saúde, publicados no *Diário do Legislativo* em 9/2/2018. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.662, 4.675 e 4.709/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.310/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam atendidas as reivindicações dos servidores da Secretaria de Estado de Saúde, especialmente quanto à implementação de ajuda de custo, como concedido aos servidores da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem impacto salarial, e concessão de reajuste retroativo a 2015;

nº 11.338/2018, do deputado Bonifácio Mourão, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de providências com vistas a apurar as irregularidades praticadas pelo governo do Estado na aplicação dos recursos federais destinados à saúde pública;

nº 11.339/2018, do deputado Bonifácio Mourão, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre a tramitação integral da Representação nº 1.031.613, apresentada pela Associação Mineira de Municípios – AMM – em face do Poder Executivo estadual, para a realização de auditoria no intuito de apurar a falta de repasse ou o atraso de valores referentes ao ICMS e ao IPVA devidos aos municípios do Estado, nos termos do art. 3º, IX, da Resolução nº 12/2008 do TCEMG;

nº 11.340/2018, do deputado Bonifácio Mourão, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal pedido de providências para que sejam apuradas irregularidades na aplicação dos recursos federais destinados à saúde pública, praticadas pelo governo do Estado, tendo em vista a falta de insumos básicos custeados pela União nos hospitais do Estado;

nº 11.341/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a credenciar o Hospital Municipal Alpehu de Quadros, de Montes Claros, e incluí-lo como prestador de serviços de urgência e emergência na Rede Resposta.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 11.253/2018, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater a situação da Rede de Urgência e Emergência na Macrorregião Norte de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2018.

Carlos Pimenta, presidente – Bonifácio Mourão – Doutor Jean Freire – Antônio Jorge.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/2/2018**

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco, Dilzon Melo e João Magalhães (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Liana Notari Pasqualini, diretora regional de Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (23/11/2017), e Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil (2 em 15/12/2017, 3 em 12/1/2018, e 2 em 10/2/2018); e dos Srs. Alonso Reis da Silva, diretor-presidente da Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais (16/12/2017); Pablo César de Souza, superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral em Minas Gerais (16/12/2017); Cristiano Monteiro Parreiras, diretor de Meio Ambiente da Ferrous Resources do Brasil (30/12/2017); Antenor Rodrigues Barbosa Júnior, secretário de Meio Ambiente de Ouro Preto (30/12/2017 e 12/1/2018); Franklin Moreira Gonçalves, diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais (6/1/2018); e Marcelo Gonçalves Soares, técnico da Procuradoria da República em Pouso Alegre (9/2/2018). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.251/2015, no 1º turno (deputado Dilzon Melo), e 1.480/2015, no 1º turno (deputada Marília Campos, em redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.860, 9.989 e 9.999/2017. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.774/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 11.090/2017 e 11.196/2018. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.342/2018, dos deputados Glaycon Franco e Dilzon Melo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.773/2017, de autoria do deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2018.

Glaycon Franco, presidente – Thiago Cota – Dilzon Melo – Sávio Souza Cruz.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/2/2018**

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Leandro Genaro e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater as políticas públicas de atenção às pessoas com doenças raras, tendo em vista a comemoração do Dia Mundial das Doenças Raras em 28/2/2018, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Arnaldo Silva, vice-presidente da comissão, informando que não poderá comparecer à reunião em virtude de sua participação no II Fórum sobre Doenças Raras, em 28/2/2018, na Câmara Municipal de Uberlândia. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Mariana Resende Batista, advogada, representando a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais; Maryane Rodrigues Ferreira, representante regional da Associação Brasileira de Talassemia; Cláudia Maria Portela Eleutério, presidente da Associação Mineira dos Parentes, Amigos e Portadores de Epidermólise Bolhosa; Tânia Mariani Coelho Soares, presidente da Associação Mineira de Portadores e Amigos de Gaucher; Consuelo Aparecida Gonzaga, vice-presidente da Associação Regional Esclerose Lateral Amiotrófica – Arela; e os Srs. Mário Celso Lanas Cavaca, gerente do Instituto Mineiro de Gastroenterologia – Imeg; Eustáquio José de Oliveira, coordenador especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2018.

Duarte Bechir, presidente – Celise Laviola – Elismar Prado.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/2/2018**

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Nozinho e João Magalhães (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.592 4.841/2017, em turno único (deputado André Quintão), Projetos de Lei nºs 3.953/2016, 4.606 e 4.689/2017, em turno único (deputado Celinho do Sinttrocel), Projetos de Lei nºs 4.804, no 1º turno, e 4.842/2017, em turno único (deputado Coronel Piccinini). Registra-se a presença do deputado Coronel Piccinini. A presidência comunica que, conforme entendimento entre os membros efetivos da comissão, fica alterado o dia das reuniões ordinárias para as

quartas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2018.

Celinho do Sinttrocel, presidente – André Quintão – Nozinho – Coronel Piccinini.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/3/2018**

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM) e os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (12/1/2018 e 3/2/2018); e Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral (16/12/2017); e dos Srs. Edgard Penna Amorim, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (27/1/2018); José Walter do Amaral, gerente de negócios UT – Mercado Agronegócios da Superintendência do Banco do Brasil (30/12/2017); Leandro Boaventura, presidente de Aquila Clube de Tiro Prático (16/12/2017); Alexandre Nonato Horta, presidente do Clube Lafaietense de Tiro (15/12/2017); e Edmar Wohlers, presidente de Clube Extremense de Tiro (16/12/2017). Registra-se a presença do deputado Gustavo Valadares. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.353, no 1º turno, e 4.818/2017, em turno único (deputado Agostinho Patrus Filho), Projetos de Lei nºs 4.448, no 2º turno, e 4.191/2017, no 1º turno (deputado Dirceu Ribeiro), Projetos de Lei nºs 1.444/2015, no 1º turno, e 3.909/2016, no 1º turno (deputado Gustavo Valadares), Projetos de Lei nºs 3.985, no 2º turno, 4.161, no 1º turno, 4.872, no 1º turno, e 4.873/2017, no 1º turno (deputado João Magalhães). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.985/2017 (relator: deputado João Magalhães) e 4.448/2017 (relator: deputado Arnaldo Silva, em virtude de redistribuição), ambos na forma do vencido em 1º turno. Retira-se da reunião o deputado Tiago Ulisses. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.444/2015 e 3.909/2016 (relator: deputado Gustavo Valadares), 1.938/2015 (relator: deputado Arnaldo Silva); e 4.161/2017, todos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Magalhães); e 4.191/2017 (relator: deputada Rosângela Reis, em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.353/2017 (relator: deputado Agostinho Patrus Filho); e 4.725/2017 (relator: deputado Arnaldo Silva), estes na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.846, 9.980, 10.001 e 10.153/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.194/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atual administração das colônias de hanseníase e buscar providências quanto às reivindicações apresentadas à Fhemig pela coordenação do

Somos Todos Colônia - Asthemg, entre elas a liberação de refeitórios e a adoção de política pública de fomento ao emprego e valorização de mão de obra interna, considerando-se os ofícios desenvolvidos pelos próprios moradores;

nº 11.224/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Banco Central do Brasil pedido de informações sobre a legalidade das taxas de juros praticadas pelo Banco do Brasil em operações de crédito e sobre a possibilidade de a mencionada Instituição deixar de oferecer aos servidores públicos de Minas Gerais a opção de contratarem empréstimos consignados em folha de pagamento;

nº 11.228/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, especialmente quanto à sua autonomia financeira;

nº 11.252/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências quanto à possibilidade de que as negociações para o pagamento da ajuda de custo, que hoje já beneficia os profissionais do Meio Ambiente e Fazenda entre outros, pleiteada para Auxiliares de Gestão e Assistência à Saúde – Augas – da Secretaria de Estado de Saúde, possa contemplar também os demais servidores dessa secretaria: Especialista em Políticas e Gestão da Saúde – EPGS –, Técnico de Gestão da Saúde – TGS –, Técnico de Assistência à Saúde – TAS –, prevalecendo dessa forma o tratamento isonômico pleiteado pelos servidores;

nº 11.358/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça que declarou a inconstitucionalidade do art. 6º da Lei nº 21.735, de 2015;

nº 11.406/2018, do deputado Dirceu Ribeiro, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Antônio Andrade, vice-governador do Estado, pelos 52 anos de fundação do Movimento Democrático Brasileiro – MDB.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2018.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Leonídio Bouças – Gustavo Valadares – Tadeu Martins Leite.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/3/2018**

Às 15h47min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Hely Tarquínio, Isauro Calais, Sargento Rodrigues, Cristiano Silveira (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e João Leite (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Ivair Nogueira e João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Marcus Vinícius de Carvalho Fróis, secretário de Cultura e Turismo de São João del-Rei, publicado no *Diário do Legislativo*, em 1º/3/2018, solicitando a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.773/2017, que trata de mudanças na Lei do ICMS Solidário; e dos Projetos de Lei nºs 2.410/2015, 3.609, 3.678 e 3.689/2016, 4.060, 4.226, 4.504, 4.531, 4.561, 4.714 e 4.823/2017, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 4.894 e 4.941/2018, no 1º turno, dos quais designou como relator o deputado Roberto Andrade. A presidência comunica que será solicitada a reiteração do requerimento de diligência referente ao Projeto de Lei nº 2.110/2015. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são

rejeitados, cada um por sua vez, requerimentos dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite solicitando a retirada de pauta dos Projetos de Lei nºs 4.997 e 4.996/2018, a inversão da pauta e a votação nominal dos respectivos requerimentos. Após discussão e votação, é aprovado parecer pelo desmembramento do Projeto de Lei nº 4.997/2018, conforme os Anexos nºs 1 e 2, apresentados (relator: deputado Leonídio Bouças). É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, sobre o Projeto de Lei nº 4.996/2018, que conclui pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada em 8/3/2018, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2018.

Leonídio Bouças, presidente – Tadeu Martins Leite – Noraldino Júnior – Ulysses Gomes – João Leite – Gustavo Valadares.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 12/3/2018, destinada a homenagear o Colégio Batista Mineiro e a Convenção Batista Mineira pelos 100 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 9 de março de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Antonio Lerin, Gil Pereira e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a privatização de Furnas e lançar a Frente Parlamentar contra a Privatização de Furnas, empresa do Sistema Eletrobras, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2018.

João Vítor Xavier, presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### DISCURSOS PROFERIDOS NA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/3/2018

A deputada Marília Campos\* – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, público que nos visita e faz parte das galerias do Plenário da Assembleia. Nesta pauta legislativa, composta de seis projetos, alguns em discussão, outros em votação em 1º e 2º turnos, quero destacar pelo menos dois projetos e me posicionar a respeito deles.

O primeiro é o projeto do deputado Antônio Jorge, em discussão em 2º turno, que faço questão de ler. (– Lê:) “Projeto de Lei nº 2.728/2015, que dispõe sobre a qualificação de entidades de direito privado sem fins lucrativos como organização social de saúde no âmbito do Estado.” Esse é o projeto que se coloca em votação nesta agenda legislativa. O grande debate em torno desse

projeto se dá em virtude de uma emenda apresentada na comissão que discute não apenas a questão da Codemig – não vou entrar nos detalhes sobre esse projeto –, mas também esse empréstimo ao governo do Estado.

Eu, particularmente, votei contra, no ano passado, o processo de venda de ações da Codemig. Considerei esse debate e esse projeto de lei inoportunos e inconvenientes. Da minha parte, seria incoerente votar favoravelmente àquele projeto, tendo em vista que hoje uma das grandes lutas que o meu partido trava em relação ao governo Temer é a luta contra as privatizações em curso em nosso país.

Agora, essa discussão aparece novamente. Anuncio que votarei contrariamente a esse projeto, mantendo a minha coerência em relação à votação anterior. E mais: acho que o debate, do jeito como está, é pouco transparente, uma vez que faço parte da base de sustentação do governo, mas sempre critiquei, e continuo criticando, essas emendas chamadas de *frankenstein*, colocadas no meio de um projeto que está sendo discutido, debatido, aprovado ou não, sem que tenham nenhuma sintonia com o projeto original. Foi o que aconteceu nesse projeto do deputado Antônio Jorge, em que o governo quer aprovar tanto o crédito como o processo de privatização ou de venda de ações da Codemig. Na minha opinião, é uma discussão pouco transparente e prejudica um debate estratégico para a economia mineira, para o orçamento do Estado e para o próprio governo. Particularmente, acredito que o governo deve recuar e, se for o caso, apresentar um projeto de lei com um debate mais aprofundado de uma questão que é tão importante para todo o Estado de Minas Gerais.

Então, já anuncio o meu posicionamento, aliás, já anunciado por diversas vezes pela bancada de oposição, mas não poderia deixar de comunicar oficialmente esse meu posicionamento.

Outra discussão importante também é a votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 49/2017, da Mesa da Assembleia, que transforma a Comissão Extraordinária de Mulheres em comissão permanente. Aproveito a oportunidade para já pedir o apoio do conjunto dos deputados e das deputadas desta Casa, inclusive o deputado Gustavo Corrêa, para que votem favoravelmente a esse projeto de resolução. Faço essa consideração, deputado, tendo em vista não somente a sua liderança, mas também em vista do seu posicionamento na última reunião plenária da Assembleia. Gostaria de sensibilizá-lo para a aprovação desse projeto de resolução.

Esse projeto de lei, aprovado às vésperas do Dia Internacional das Mulheres, que será comemorado daqui a dois dias, é da maior importância. A Comissão Extraordinária das Mulheres, que já foi presidida pela deputada Rosângela Reis e agora é presidida por mim, tem tido um papel muito importante, não apenas porque é um espaço de mobilização, de organização das mulheres, mas também porque é um espaço de discussão da agenda das mulheres neste recinto, que é composto majoritariamente por homens. É importante a nossa pauta, porque ela discute direitos, mobilização, a violência que as mulheres sofrem não apenas aqui nesta Casa, mas também na sociedade como um todo.

Quero convidar os deputados a votar favoravelmente a esse projeto de resolução. Certamente isso seria motivo de grande celebração no dia 8 de março, que é o Dia Internacional da Mulher. Se esse projeto for aprovado, certamente celebraremos como um marco das nossas conquistas neste espaço do Legislativo, ficando apenas uma pendência, que é compromisso de vários deputados com a aprovação da PEC nº 16, que propõe a alteração do Regimento Interno para garantir que, pelo menos, uma mulher esteja presente na Mesa da Assembleia Legislativa.

Ressalto esses dois projetos e anuncio esse posicionamento, convidando a Assembleia para que no momento da votação desse projeto de resolução, deputado Rogério Correia, vote favoravelmente e ajude a compor o quórum para garantir que essa conquista se efetive aqui no Legislativo.

Antes de concluir, quero dizer que o motivo maior da minha intervenção hoje é porque ontem recebi um telefonema da deputada federal Maria do Rosário, que foi chamada, aqui, na Assembleia Legislativa, por várias vezes, de “vaca, vaca, vaca”, pelo deputado Cabo Júlio. Quero falar sobre isso, porque, como disse o deputado Cabo Júlio em sua retratação, não só a de hoje, mas também a que foi expressa anteriormente... Fui uma das deputadas que, como mulher, me senti ofendida. Ofendida porque quando

chamam uma mulher de vaca, de cachorra, de galinha, de puta e de outros adjetivos para xingá-la, querem nos desqualificar, querem nos inferiorizar. E foi isso que o pronunciamento do deputado Cabo Júlio fez, não só com a deputada federal Maria do Rosário, mas também, acredito, com todas nós, mulheres. Foi por essa razão que vim aqui hoje falar para vocês, deputados e deputadas. O deputado Cabo Júlio de fato se retratou no passado, de fato se retratou novamente hoje, só que a sua retratação, pelo que pude ouvir rapidamente da sua fala, depois poderei conferir as notas taquigráficas, é motivada apenas porque ele cometeu um equívoco. Foi feita uma acusação à deputada Maria do Rosário sobre um fato, que, na verdade, não era da sua responsabilidade. De fato, isso aconteceu, mas da maior ofensa ele não falou, que foi o adjetivo que atribuiu à deputada. Essa é a retratação que o deputado Cabo Júlio fez, a qual, segundo a deputada Maria do Rosário, foi exigência do Ministério Público, porque imediatamente ela deu entrada a uma ação exigindo essa retratação. Queria prestar esses esclarecimentos em nome da deputada Maria do Rosário e dizer que toda essa postura, essa atitude de violência machista de determinados deputados, em particular do deputado Cabo Júlio, que hoje se retratou, nos ofende. E é por essa razão que apresentei um projeto de resolução à Mesa da Assembleia, para que esse tipo de pronunciamento, esse tipo de atitude seja caracterizado como quebra de decoro parlamentar. Estamos na expectativa, aliás, de que a Mesa, deputado Rogério Correia, deputado Dalmo Ribeiro Silva, aprecie também esse projeto. Não podemos ser coniventes com atitudes como essa. Quem defende que se promova a igualdade entre homens e mulheres não pode ser conivente com discriminação, não pode ser conivente com violência, não pode ser conivente com preconceito, não pode ser conivente com atitudes que desqualifiquem e inferiorizem as mulheres.

É por essa razão que faço um apelo à Mesa para que seja coerente com as posturas que tem adotado e faça imediatamente essa modificação no Regimento Interno a fim de caracterizar atitudes como essa como quebra de decoro parlamentar. Concedo aparte ao deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – Deputada Marília Campos, está se aproximando mais um 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, mais precisamente o dia internacional da luta das mulheres. Havendo essa discriminação no mundo inteiro, de uma sociedade culturalmente machista, faz-se necessária uma pauta especial para as mulheres, uma pauta específica.

V. Exa. apresentou e a Assembleia Legislativa, por unanimidade, aprovou, em 1º turno, a transformação da Comissão Extraordinária das Mulheres em comissão permanente. Fiz agora uma consulta aos líderes dos partidos: deputados André Quintão, do bloco da situação, Gustavo Corrêa, do bloco da oposição, e Durval Ângelo, assim como à Mesa da Assembleia, que apresentou o projeto que V. Exa. nos ofereceu, para saber se conseguimos pautar para amanhã a votação já do projeto, em 2º turno, visto que ele foi consensual no 1º turno.

Gostaria do aval dos deputados e das deputadas para que, na véspera do Dia Internacional da Mulher, a Assembleia Legislativa faça um sinal de compreensão da necessidade dessa comissão permanente. Conversarei com o deputado Adalclever Lopes e, em nome da Mesa e dos líderes, encaminharei para votarmos o 2º turno amanhã. Fica V. Exa. também incumbida de pedir aos nobres colegas parlamentares, deputadas e deputados, a fim de comparecerem amanhã, para, antes do dia 8, portanto, antes de os vetos sobrestarem a pauta, já termos aprovada a Comissão Permanente das Mulheres. Farei esse esforço e, com certeza, terei o apoio de todos os nossos pares aqui presentes.

A deputada Marília Campos\* – Obrigada, deputado Rogério Correia. Aproveito para reforçar esse convite e essa necessidade de promovermos uma articulação para garantirmos que essa vitória se concretize. Certamente não será uma vitória apenas para as mulheres, mas também de todos, porque a nossa pauta defende apenas igualdade entre homens e mulheres. Acredito que essa pauta interessa não apenas a nós, mulheres, mas a todos os que defendem a justiça, a democracia e a igualdade.

Por último, queria apenas convidar para o 8 de março. Este ano inovamos. Para concluir, presidente, nesse 8 de março, promoveremos atividades na Assembleia. Estamos aqui com as Mulheres Atingidas por Barragens, que hoje ocupam a Assembleia Legislativa com debates, mobilização, agenda de luta. Amanhã teremos a Frente Brasil Popular, o movimento social, o movimento

sindical, o movimento feminista também na Assembleia, com o encerramento, à noite, com uma noite cultural. No dia 8 de março, nós nos deslocaremos. Colocaremos uma tenda na Praça Sete a partir das 10 horas. Será um momento em que nos dirigiremos às mulheres do povo e à população, não apenas para apresentarmos a nossa agenda, dos vários movimentos feministas de BH, da Grande BH, mas também porque queremos promover a nossa agenda de resistência. Constantemente temos os nossos direitos violados.

Acreditamos que, lutando e promovendo essa agenda de resistência, não só impedimos a violação dos direitos, mas também podemos avançar em nossas conquistas.

Eis o nosso convite, no 8 de março, das 10 horas, na Praça Sete, até o final da tarde, com um grande ato aglutinando todas as mobilizações de mulheres da nossa cidade. Um abraço. Força e luta em defesa da democracia e dos direitos das mulheres e do povo de nosso país. Muito obrigada.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tenho em mãos o jornal *Diário do Rio Doce*, de Governador Valadares, de hoje, terça-feira, 6 de março. O título principal, a sua manchete, diz assim: (– Lê:) “‘A prefeitura ajuíza ação, e o Estado é condenado a fazer repasse para a saúde de Governador Valadares’. O Estado de Minas Gerais foi condenado a pagar, no prazo de 72 horas, o repasse dos valores que se encontram em atraso para o Município de Governador Valadares.

Os valores, que somam cerca de R\$44.000.000,00, são relativos às verbas destinadas à saúde. Na liminar deferida pelo juiz da 2ª Vara Cível, Dr. Roberto Apolinário de Castro – que, por sinal, foi um dos brilhantes alunos que tive na faculdade de direito de Governador Valadares –, em ação ajuizada pelo município, é estabelecida multa diária de R\$5.000,00 em caso de descumprimento. O juiz também determina que as multas sejam suportadas solidariamente pelos gestores e que se façam os repasses mensais até o dia 10 de cada mês, sob pena da aplicação da mesma multa.

Em sua sentença, o juiz reconhece que a situação se tornou insustentável, visto que fornecedores vêm se recusando a fornecer para os municípios, diante da dívida existente. “A toda a evidência, a falta de repasses pelo Estado, ora requerido, de verbas destinadas à saúde, vem trazendo prejuízos à municipalidade, com risco iminente, inclusive, de interrupção na prestação de serviço por parte de conveniados, além da impossibilidade de contratação para aquisição de materiais indispensáveis à manutenção dos serviços prestados pelo município aos cidadãos de Valadares e toda a região”, diz o juiz em sua liminar.

Estou mostrando aqui o que a imprensa de Governador Valadares, através do *Diário do Rio Doce*, noticia: mais uma condenação do Estado por falta de repasse dos recursos que deve aos municípios. O juiz, em sua decisão, presidente, mostra que o hospital está na iminência de fechar, porque a dívida com os fornecedores é muito grande. O hospital, que tem o nome municipal, serve a mais de 80 municípios da região, e quem suporta as despesas é praticamente o Município de Governador Valadares, que já não aguenta, já não suporta. Isso tem ocorrido não só com Valadares, mas também na sua região, presidente. Isso tem ocorrido na região de quase todos os deputados da Assembleia; na região do deputado Luiz Humberto, que ali está, o Triângulo, e na região do deputado João Leite. Em todas as regiões, os municípios estão respondendo sozinhos pela assistência à saúde pública, por todas aquelas pessoas que dependem de assistência na saúde pública, porque o Estado não repassa o que lhe compete, mesmo o Estado recebendo os recursos da União, como acentuou muito bem o ministro Ricardo Barros. Ele afirmou que o governo federal cumpre a sua parte, faz o repasse para Minas Gerais, e o governo dele se apropria. Isso se chama crime de apropriação indébita, definido com clareza no Código Penal brasileiro. Em razão disso, a prefeitura já não suporta. Quem está pagando um preço muito caro é o povo carente, são aquelas pessoas pobres que não têm dinheiro para pagar plano de saúde, para pagar Unimed, e assim por diante, e ficam nas filas dos hospitais. Muitas vezes, as pessoas morrem por falta de atendimento ou, quando encontram uma vaga no hospital, não é em um quarto, é no corredor, onde ficam numa maca. A situação é essa, mas o Estado não se sensibiliza. É preciso ordem judicial, uma atrás da outra, como estamos vendo acontecer.

Enquanto isso, Sr. Presidente, o Estado está dividindo a Codemig em dois pedaços, em Codemig e Codemg. O filé fica com a Codemig, e a Codemg fica com a carne de peixe. A Codemg não vai ficar com praticamente nada, vai ter de sustentar a água mineral de Araxá, a Expominas e tantas outras coisas, e a Codemig fica com o nióbio. Ora, todos nós sabemos que o Brasil produz 98% do nióbio do mundo. O nióbio é um metal altamente disputado, para quê? Para a fabricação de turbinas de avião, automóveis, tomógrafos, gasoduto, lentes de óculos e tantas e tantas coisas. Não é isso, deputado João Leite? Estamos de acordo com o que V. Exa. está mostrando aqui, porque é a grande verdade.

O Brasil produz 98% do nióbio mundial, e Minas produz 80% do nióbio do País. E é isso o que o governo está vendendo. O governo está vendendo o filé, a joia da coroa. E por quê? Porque neste ano teremos eleições. O governo está dizendo que vai pagar o que deve aos municípios e vai atualizar a folha de pagamento dos servidores. Ora, ele já teria pago aos municípios há muito tempo, se não tivesse perdido o rumo, porque este governo perdeu o rumo, não está fazendo obra alguma, não há uma obra de vulto, não vemos pauta de investimentos por parte do Indi, não há investimentos em estradas, em saúde, em educação. Nada! Agora, ele está dizendo que vai pagar aos municípios. O que nos preocupa é que, se vender mesmo e arrecadar R\$6.000.000.000,00, o governador vai usar o esquema que montou no palácio, chamar os prefeitos que lhe interessam e começar a negociar. “Eu vou pagar a dívida, mas veja o apoio nas eleições deste ano.” Aí ele vai pegar muitos municípios de pires na mão – praticamente todos estão – e conseguir, de alguma forma, alcançar os seus objetivos eleitoreiros. É isso o que temos de mostrar ao povo de Minas Gerais. Não é justo nem legítimo o governo fazer isso.

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade em que o deputado Rogério Correia está adentrando o Plenário para mostrar-lhe que, em outra oportunidade, ele foi totalmente contra a privatização, e agora é a favor. Então, gostaríamos de mostrar uma matéria falando da sua posição, publicada no jornal *O Tempo*, no dia 3, assinada por Ricardo Corrêa. (– Lê:) “Um dos principais deputados da Assembleia Legislativa” – e cita o nome de V. Exa. – “disparava, na época do governador Aécio Neves, contra as privatizações do PSDB, citava o risco de a Copasa, a Cemig e a Gasmig caírem nas mãos da iniciativa privada. Foi em um encontro dos servidores desta última, que estavam preocupados com uma proposta de emenda à Constituição que pretendia facilitar a venda de empresas públicas que não fossem da administração direta. Dizia Rogério Correia, em texto que está no *site* do parlamentar, que a manobra que conta com o apoio de toda a base parlamentar do PSDB possui endereço certo e imediato, a Gasmig, mas se estende para a venda de subsidiárias da Cemig e da Copasa. Um aceno do senador Aécio Neves para o capital financeiro de retorno à era das privatizações. Curiosamente, residia na Codemig, agora prestes a ser vendida – ao menos em parte – pelo governo petista, o motivo para apontar como desnecessária a venda da Gasmig. Segundo o Tribunal de Contas do Estado, a Codemig tem receitas anuais de R\$750.000.000,00, provenientes da exploração do nióbio de Araxá. Dois anos de receita da empresa, tempo que deve levar a construção do gasoduto, seriam suficientes para bancar a maior parte dos custos da Gasmig. Rogério Correia concluía que a opção privatização é convicção ideológica do PSDB.”

Agora eu pergunto a V. Exa. se isso é uma convicção ideológica do PT que V. Exa. está defendendo, e defendendo tanto.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – Deputado Bonifácio Mourão, foi bom V. Exa. trazer à baila este debate. É óbvio que continuo contrário ao processo de privatização, inclusive aquele processo da Eletrobras que foi anunciado pelo governo Temer, com amplo apoio do PSDB. O anúncio é a venda da Eletrobras ao capital financeiro internacional. O projeto está pronto para ser aprovado em Brasília. Da mesma forma, as águas também estão para ser privatizadas pelo governo Temer, com amplo apoio do PSDB no Congresso Nacional. Esse processo de privatização fez um mal danado ao Brasil.

O que está em discussão agora, deputado Bonifácio Mourão, é a venda de ações inferior a 50%, exatamente para que não haja o processo de privatização. Então, é a abertura do capital, que inclui as minas de nióbio que fazem parte da Codemig.

V. Exa. sabe muito bem que Minas Gerais tem uma mina de nióbio, e a CBMM, outra mina de nióbio. A mina que é do Estado já está terceirizada desde a década de 1970 para a CBMM, e o Estado recebe 25% do lucro da exploração pela CBMM. Então, deputado, ela já está terceirizada desde a década de 1970.

Em 2002, de forma completamente obscura, sempre ele, o mais querido do deputado João Leite, o senador Aécio Neves, em vez de abrir licitação para o processo da mina, deixou, sem abertura de licitação, a terceirização para a mina por mais 50 anos, deputado Mourão, e ela continua terceirizada e passa 25% do lucro, sem nenhum critério de investigação. Portanto, o nióbio foi, por Aécio Neves, terceirizado novamente para esta mina.

O que o Estado está fazendo agora é abrir capital para 49%. Significa que a Codemig terá de repassar o dinheiro que paga desses 50% e continuar repassando o equivalente a 12,5% à mina evidentemente terceirizada.

Termino dizendo que a terceirização e a entrega do nióbio vêm da década de 1970.

O deputado Bonifácio Mourão\* – O tempo do aparte de V. Exa. já venceu, a campanha já tocou, e o nosso tempo também já está vencendo.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – V. Exa. tem medo das palavras.

O deputado Bonifácio Mourão\* – Não, ao contrário. Concedi-lhe aparte, mas o Regimento Interno tem de ser obedecido, deputado.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – V. Exa. me provocou, falou de mim e me pediu uma opinião. E dei a opinião.

O deputado Bonifácio Mourão\* – V. Exa. está descumprindo o Regimento Interno e é o 1º-secretário. Não lhe pedi opinião. Citei o nome de V. Exa. Queria que V. Exa. terminasse no prazo determinado pelo Regimento Interno.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – Se V. Exa. não pediu opinião, me desculpe. Acabou de tocar a campanha, mas o medo de V. Exa. das palavras é muito grande.

O deputado Bonifácio Mourão\* – Não, eu lhe concedi um aparte no tempo regimental. O tempo de V. Exa. já se esgotou.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – Quinze segundos apenas para dizer o seguinte: a mina já estava terceirizada há muito tempo. Quando V. Exa. solicitar a minha opinião, tenha ouvidos para escutar, porque V. Exa. entrou numa encrenca. Na verdade, a mina já está terceirizada desde a década de 1970, e Aécio Neves, o mais querido do João Leite, sim, terceirizou-a novamente, colocando-a para a CBMM, sem abrir processo de licitação. Essa é a verdade do nióbio. Tem mais coisa, mas depois...

O deputado João Leite (em aparte)\* – Que exemplo do 1º-secretário da Casa, desrespeitando os colegas! É impressionante! Não tem altura para ser 1º-secretário da Assembleia Legislativa. Desrespeitou um dos maiores líderes da história desta Casa, o deputado Mourão, um deputado constituinte e relator da Constituição. Não tem dimensão para ser da Mesa da Assembleia Legislativa. Lamento muito. Ainda bem que não votei nesse senhor para a Mesa da Assembleia.

O deputado Bonifácio Mourão\* – Deputado Rogério Correia, quando disse que eu estava com medo das palavras de V. Exa... Não, absolutamente. Se eu estivesse, não lhe concederia aparte. O aparte é liberalidade do orador, e V. Exa. sabe disso, e lhe concedi o aparte. Só que V. Exa. desrespeitou o Regimento Interno, não respeitou a campanha da presidência e continuou falando. Eu simplesmente o adverti que o seu tempo havia se esgotado. Somente isso. Não tive medo, hora nenhuma, das suas palavras. Quero só cumprir o Regimento Interno. Mas respondendo ao aparte de V. Exa, se me permite, pois me falta menos de 1 minuto.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – Claro. Se desrespeitei V. Exa., desculpe-me.

O deputado Bonifácio Mourão\* – Tudo bem. Isso está resolvido. O deputado Rogério Correia, primeiro, disse que o presidente Temer fez privatização sempre com o apoio do PSDB. Quero responder, deputado João Leite, que quem votou no Temer para vice-presidente da República foi o PT. Não o PSDB. Nós votamos contra. E quando fala no mais querido de V. Exa., digo que não, é um dos mais queridos em Minas Gerais. Ele se esquece disso. Ele não se esquece de fazer referência ao senador Aécio Neves.

Com referência à venda do nióbio, lembro-me bem de que autorizamos que a Codemig fosse para o Estado. Então, quando se fala em vender 49%, é preciso que o povo de Minas Gerais saiba que o cálculo de 49% das ações importa o nióbio e que o nióbio representa mais de 90% da arrecadação total da Codemig. Ou seja, que 49% são esses? As ações não correspondem à realidade, deputado Rogério Correia, como V. Exa. bem sabe. Então, é preciso que V. Exa. seja coerente. V. Exa. é a favor ou contra a privatização? Depende do partido, naturalmente, não é deputado Rogério Correia? É isso o que quero dizer. Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, visitantes às nossas galerias, eu não poderia deixar de seguir a linha de raciocínio do nosso deputado constituinte, o querido e respeitado Prof. Mourão, que tenho orgulho de ter na oposição, ombreando conosco nesta Casa, e a quem declaro os meus respeitos. O pronunciamento que V. Exa. fez da tribuna nesta tarde tem absoluta coerência, e o PT deveria ter um pouquinho mais de respeito com o povo de Minas Gerais.

Tenho em mão o jornal *O Tempo* de segunda-feira, dia 5 de março. Em sua coluna, Raquel Faria fala em favas contadas e em toque de caixa. Vejamos o que diz em “Toque de caixa”: “A depender da ALMG, a operação Codemig pode ser considerada líquida e certa. A autorização para dividir a empresa será apreciada hoje no Plenário, onde tem amplo apoio. Não se trata de uma matéria específica, mas de uma emenda a outro projeto”. Ela só não quis colocar que era uma emenda *frankenstein*, não é? “A mudança está sendo feita a toque de caixa: a proposta chegou terça-feira passada e, em vez de tramitar normalmente, foi incluída em um projeto sobre saúde relatado pelo governista João Magalhães; no dia seguinte, o texto já era aprovado na Comissão de Administração e seguia para o Plenário”. Em “Favas contadas” ela diz: “Pimentel está tão certo do sucesso da operação que já começou a planejar a aplicação dos recursos. Na semana passada, enquanto o projeto iniciava sua tramitação relâmpago na Assembleia, o governador abria as portas do gabinete para receber prefeitos às pencas. Segundo aliados, ele levanta demandas municipais para priorizar nos próximos meses”.

Ou seja, é a campanha posta nas ruas – a campanha de reeleição de Fernando Pimentel. Por isso, a pressa para aprovar o projeto a toque de caixa. Então, cidadãos e cidadãs que nos acompanham pela TV Assembleia ou das galerias, não há limite para o governo do PT em Minas Gerais: vale tudo pela reeleição. É a lama asfáltica que vai ser levada pelo prefeito – não o asfalto, mas a lama asfáltica – para, dependendo do prefeito e do seu apoio, cobrir 2km, 3km, 5km; uma ponte, um posto de saúde, ambulâncias... Aliás, tem gente que gosta muito de comprar e de doar ambulâncias. Tem gente que gosta muito de ambulância. É o esquema para buscar a reeleição, Prof. Mourão, do governador Fernando Pimentel, em Minas Gerais.

Cidadão de Minas Gerais, o PT quer quebrar o Estado definitivamente. O PT, Prof. Mourão, assumiu o governo do Estado com a cantilena: “Pegamos o Estado com um déficit de R\$7.000.000.000,00 dos tucanos”. Aí, ninguém e nenhum partido neste País tem os quadros tão competentes do PT em termos de estratégia de comunicação. Temos de tirar o chapéu para ele. Só há um problema: é para o mal. Nisso o PT é craque. O PT é PhD em repetir uma mentira mil vezes até ela virar verdade.

Aí, começaram a cantilena Durval Ângelo, Rogério Correia, André Quintão: “Os tucanos deixaram a dívida de R\$7.000.000.000,00”. E o tempo foi passando. Vou solicitar à nossa competente assessoria da Mesa, Silvana e Ana Silvia, que consigam o primeiro projeto encaminhado pelo governador Fernando Pimentel a esta Casa. Vou falar a data da mensagem. Em 5 de janeiro de 2015, a mensagem foi aportada aqui, no Plenário. Elas vão imprimir essa mensagem, e eu vou ler, em que ele traz a criação de três secretarias e centenas de cargos comissionados. Mas, espere aí, ele não pegou o Estado com uma dívida de R\$7.000.000.000,00? Qualquer cidadão chefe de família que está com uma dívida em casa chama a esposa e filhos e diz: “Recebemos tanto por mês. Precisamos economizar até equacionar essa dívida, para equilibrar as receitas”. Não é diferente no poder público. O que entra no poder público? Transferência da União de impostos devidos e os impostos estaduais, do outro lado, a dívida. O que ele

tinha de ter feito não fez e ainda criou três secretarias. Trouxe o companheiro Nilmário Miranda, que criou a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, aquela que resolve todos os problemas do Estado. Trouxe o Biel Rocha. Trouxe fulano de tal. Ele foi criando secretaria e botando a “petezada” toda nos cargos.

A Cemig vai desabar uma hora dessas, deputado João Leite, de tantos cargos que a “petezada” ocupa lá. Não é pouco não, gente. Não é carguinho de R\$1.000,00, R\$2.000,00, é de R\$5.000,00, R\$10.000,00, R\$15.000,00, R\$20.000,00. Qual é o critério do currículo? É ter graduação, pós, mestrado? Não, é saber quanto tempo você carregou a bandeira do PT. Esse é o critério para ser nomeado no cargo da Cemig, da Copasa, da Codemig, da Taesa. O cidadão mediano não sabe, mas nós que estamos aqui dentro da política sabemos.

Pegaram seis mil imóveis. Aliás, primeiro foram os depósitos judiciais. Na mão grande, Pimentel foi lá e tomou R\$5.000.000.000,00 dos particulares. O que é isso? É o dinheiro que o cidadão entra na Justiça para receber, quando há dois particulares num processo judicial. Esse dinheiro que o juiz determinou ficar em depósito judicial, garantido para o final do processo, foi tomado pelo Pimentel. O cidadão disse que tomou o deles também. Ele tomou R\$5.000.000.000,00. Como eles vão fazer para pagar depois, deputado? Entra na Justiça, se vira. Pegaram R\$5.000.000.000,00 falando que o Estado estava falido, que tinha um déficit de R\$7.000.000.000,00. Torraram o dinheiro todo de novo. Agora, vamos socorrer os imóveis, porque pegaram os imóveis. Colocaram à venda cerca de setecentos e tantos imóveis. Sabe o que o Pimentel faz com os outros seis mil imóveis do patrimônio do povo, Prof. Mourão? Passou para o setor privado, e passou a pagar aluguel. Quanto ao aluguel, podem ficar tranquilos, porque os seus filhos e os seus netos vão pagar imposto para pagar esse aluguel. São só 50 anos. Só o aluguel da Cidade Administrativa, que foi construída com o dinheiro da Codemig, durante 10 anos, já pagaria. Agora está pagando aluguel. Por quê? “Para captarmos mais dinheiro.”

Agora, deputado Bonifácio Mourão, eles mandam aqui, enfiaram duas emendas *frankenstein* num projeto hospedeiro, um projeto muito bom, do deputado Antônio Jorge, que trata de Oscip. E eles querem levar a parte melhor. Isso aqui, o nióbio é nosso. É nosso, é do povo de Minas Gerais. O nióbio é do povo, Pimentel é só um síndico do Estado. O prazo do mandato do síndico, que por sinal é um péssimo síndico, tem data de início e data de término. E eles querem agora, na mão grande de novo... Pegaram um projeto e enfiaram as emendas *frankenstein*.

Ontem o deputado Durval Ângelo falou para mim: “E aí, deputado Sargento Rodrigues, fala do mandado de segurança que você perdeu”. Eu não perdi, deputado. O desembargador realmente negou a liminar, mas quem estava perdendo não era o deputado Sargento Rodrigues. Eu sou instrumento do povo. Impetrei um mandado de segurança em nome do povo de Minas Gerais, pela legitimidade de 100 mil votos que me conduziram ao quinto mandato de deputado estadual de forma consecutiva. Diferentemente de muitos, nunca paguei meio centavo a uma liderança política. Voto de reconhecimento do trabalho. Então foram esses 100 mil votos que falaram: defenda o patrimônio dos mineiros.

Mas não se preocupe, deputado Durval Ângelo, porque tem mais. A empresa que os senhores criaram, a tal da Codemig, sem a lei que permitiria a criação na Junta Comercial, será objeto de ação popular deste deputado. “Vou ao líder, para convencer você”. Não convence. Não adianta procurar o deputado Adalclever Lopes, não adianta procurar os deputados Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, porque não me convence. A ação popular está sendo preparada, deputado Bonifácio Mourão, para acabar de vez com o escárnio. Criaram a empresa sem autorização de lei prévia, anterior. Foram lá e criaram. E sabem quem são os conselheiros? É a turma que já está acostumada a mamar lá, é a turma que adora os jetons por uma reunião mensal.

Entregaram o nióbio. A parte mais rentável do Estado, que gera dividendos aos cofres estaduais. Foi com o dinheiro da Codemig que construíram a Cidade Administrativa. Não foi com a arrecadação de impostos do Tesouro do Estado, foi com o dinheiro da Codemig, que é uma empresa estatal, mas que é valiosíssima. Eles querem entregar tudo, eles querem acabar com Minas Gerais. Porque a saúde é um desastre, a educação é um desastre, a segurança pública é um desastre.

Estou aqui, deputado Gustavo Corrêa, com os números da segurança pública. Terra arrasada, e o deputado Durval Ângelo, na Comissão de Administração Pública: “Fui mais ágil, fui mais rápido”. Para quê? Para torrar o patrimônio público? Não tenho essa agilidade. Mas vão ter que enfrentar.

A nossa oposição é pequena, presidente, em termos de número, mas temos quadros aqui valorosos deste deputado, do deputado João Leite, do deputado Bonifácio Mourão, do deputado Gustavo Corrêa, do deputado Carlos Pimenta, e de tantos outros colegas que são combativos aqui na oposição. Quando nós, da oposição, fazemos obstrução, é para que o povo de Minas Gerais não seja enganado a toque de caixa. Está aqui. Quem falou que estava vendendo o nióbio a toque de caixa foi uma colunista do jornal *O Tempo*, que adora enaltecer os trabalhos de Pimentel. Adora. Para ela Pimentel já ganhou a eleição, não precisa nem haver disputa. Todo jornal que leio, e olhem que sou assinante do jornal *O Tempo*, mas quando chega na colunista... E ela colocou aqui que querem vender a preço de banana. O nióbio, os imóveis. O dinheiro dos depósitos judiciais não pertencem e não pertenciam a Pimentel. Ele está no cargo de governador, mas não é dono do patrimônio público. O dono são os mineiros.

Então, deputado João Leite, um ano depois, em janeiro de 2016, o PT falou assim: “Realmente as finanças não estão boas, não estamos administrando bem. Vamos fazer uma reforma administrativa para economizar”. Aí mandou o projeto, e criaram mais três secretarias. Um ano depois, seis secretarias.

Ora, uma única secretaria tem mais de 500 cargos comissionados. Conversa fiada que pegou o Estado quebrado. Vinha um ou outro aqui dizendo: “Não, o governo só está no início. O governo está assim, o governo está assado”. Cadê? Três anos e dois meses se passaram, deputado João Leite. Faltam 10 meses para este governo horrível ser devastado no Estado de Minas Gerais, mas, até agora, eles estão com a mesma cantilena do déficit. Quebraram o Estado. Três anos sem a reposição da perda inflacionária dos servidores públicos, dois anos e dois meses de parcelamento, quebraram o IPSM, acabaram de destruir o Ipsemg. Ora, com o que mais o PT quer acabar em Minas Gerais?

Está aqui, deputado João Leite – a competente assessora Ana Silvia trouxe para mim –, o Projeto de Lei nº 5.706/2015, que chegou no dia 5 de janeiro. É aquele que criou três secretarias. Está aqui a primeira mensagem deles. É o primeiro projeto de lei que ele encaminhou para a Assembleia, e criaram três secretarias. Um ano depois diz assim: “Vou fazer uma reforma, vou enxugar”. Criou mais três secretarias. Um desastre. O PT quer definitivamente destruir as finanças do nosso Estado. As políticas públicas já foram totalmente destruídas.

Onde está o Partido dos Trabalhadores, que fica três anos sem repor a inflação, dois anos e dois meses parcelando? É um castigo. E os servidores públicos de Minas Gerais não vão esquecer nunca, deputado João Leite. Nunca mais os servidores públicos de Minas Gerais vão esquecer da passagem do PT pelo governo de Minas. Fora, PT. Fora, Pimentel.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite\* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, ontem fiquei preocupado porque o deputado Dalmo nunca se ausenta, mas vimos que ele teve uma grande celebração no Sul de Minas. V. Exa. estava representando a Assembleia Legislativa. Fiquei mais tranquilo depois disso. Cumprimento os senhores deputados e os telespectadores da TV Assembleia.

Sr. Presidente, os sofistas não aguentam. Eles continuam com a ladainha deles. Estão lembrados dos sofistas? Os filósofos gregos que não se importavam em falar a verdade, importavam-se em convencer o ouvinte. “Se eu convenci o ouvinte, independentemente de ser verdade ou mentira, sou o cara, estou muito bem”. Tradução moderna que dou para o entendimento do sofista quando ele convence aqueles que o ouvem na sua manifestação.

Pois agora os sofistas dizem que não é privatização, que é diferente. O sofista é diferente. Quando é o outro que faz, o sofista diz assim: “Isso é privatização, isso é entrega do patrimônio público”. Mas quando é ele, o sofista faz um discurso bonito para que os outros sejam convencidos. Só que a população de Minas Gerais já entendeu o sofisma. Querem convencer a população de

Minas Gerais de que não vão entregar a galinha dos ovos de ouro. Ainda faltam 200 anos de exploração na mina de nióbio, que está em Araxá.

E o PT não aguenta, os sofistas não aguentam. Eles querem vender a mina – nem vou falar em nióbio – de ouro de Araxá, que pertence aos seus filhos, aos meus netos. Eles querem vender para quê? “Ah, vai dar uma massa asfáltica para o interior”. E o que mais?

É interessante que, recentemente, foram vendidas as ações que davam mais ou menos 30% da mina de nióbio de Araxá. Foram vendidos 30% por US\$5.000.000.000,00. Os sofistas do PT querem vender 49% por R\$8.000.000,00. Chamem o coronel mais antigo da Polícia Militar para salvar a gente. Vamos levar o coronel mais antigo da Polícia Militar para ir até a porta da mina para salvar Minas Gerais. Não vamos permitir isso, não é gente?

Os sofistas diziam aqui, a plenos pulmões, que era perfeito o ato legislativo e jurídico da emenda de 2º turno no projeto de lei. O hospedeiro. Aprendemos aqui com os sofistas que o hospedeiro recebe bactérias, parasitas, qualquer coisa. O projeto hospedeiro tratava de outra matéria, e a emenda *frankenstein* tratava da entrega do patrimônio público, da mina de ouro de Araxá, para quem? Para os chineses? Imaginem!

Veja o ambiente em que estamos vivendo, deputado Ivair Nogueira, um movimento mundial em relação ao aço. O bravo presidente dos Estados Unidos, o Sr. Donald Trump, fez uma revolução do aço no mundo, neste momento. É insegurança para todo o lado. E o que faz o governo sofista de Minas Gerais, o que faz o PT? Ele quer vender aquele minério que torna o aço ainda mais nobre, quer entregá-lo para os chineses. Ah, não vai ser possível, não vamos aceitar, nós vamos resistir. Desta tribuna convoco a população de Minas Gerais para resistir ao golpe do PT. O PT está dando um golpe na população de Minas Gerais. O PT está vendendo a mina de ouro da população de Minas Gerais, está vendendo o patrimônio de Minas Gerais, está vendendo aquela empresa que dá possibilidade de arrecadação anual para investimentos em políticas públicas importantes como saúde, educação, segurança e assistência social. O PT quer entregar a galinha dos ovos de ouro. O PT não tem paciência de colher o ovo de ouro todos os dias, pela manhã. Ele quer comer a galinha dos ovos de ouro, e não entende que, se o fizer, não terá mais ovo de ouro todo ano. É arrecadação da mina de ouro dos mineiros. É lamentável o que estamos vendo acontecer.

Depois, os sofistas fizeram uma verdadeira maracutaia. Foram à Junta Comercial, cujos servidores estão entrando em greve, porque este governo também não paga, não faz a atualização do pagamento dos servidores, e paga parcelado. Imaginem se fosse o governo anterior neste momento. Com o servidor recebendo em dia, enfrentamos mais de 100 dias de greve, e agora está tudo bem. O puxadinho do PT acha que está tudo bem, que não há problema, que pode receber parcelado. Está tudo muito bem, 13º salário parcelado. E, aí, vão à Junta Comercial, fazem um acerto com não sei quem, criam uma cisão de empresas, criam duas novas empresas sem autorização legislativa. Escândalo, ditadura.

Fecha-se, então, a Assembleia Legislativa, fecha-se o Parlamento de Minas Gerais se não é necessária autorização para a constituição de empresa. Ora, e eles nem ficam corados, são sofistas. Defendem agora que não é privatização. É privatização, é entrega do patrimônio público de Minas Gerais, é entrega da mina de ouro do Estado. Agora não adianta mais tentar consertar o que fizeram de errado. Quero ver os 48 votos. Deputado Carlos Pimenta, vamos colocar os quadradinhos e neles vamos colocar os nomes daqueles que vão entregar a mina de ouro de Minas Gerais. Precisam de 48 votos.

\* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 5/3/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 12/3/2018, Célia Maria Biesdorf, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Flávia Carolina Costa, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

exonerando, a partir de 12/3/2018, Henriete Maristane Pinheiro Barbosa, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

nomeando Belchior Manoel da Silveira, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa;

nomeando Euder de Lima Rosemberg Mendes, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

nomeando José de Assis da Rocha, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

**TERMO DE CONTRATO Nº 2/2018**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Claro S.A. Objeto: prestação de serviços de acesso a sinais de TV por assinatura, com uso de tecnologia digital, para a captação, distribuição e ativação de até 300 pontos de sinais de TV, bem como a criação da infraestrutura que se fizer necessária, além do empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores digitais e controles remotos (incluindo as pilhas) e a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 96/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 7/2018**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Grupo de Odontologia Ouro Preto SC Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na especialidade de raios X, em regime ambulatorial, aos beneficiários da assistência de saúde da contratante. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 9/2018**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Odontologia Clínica Estética e Saúde Ltda. Objeto: prestação de serviços odontológicos aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.